

Autopista Litoral Sul S.A.

Demonstrações Financeiras Anuais Completas

- Declaração para fins do Artg. 25 da instrução CVM nº 480/09;
- Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 e Parecer dos auditores independentes;
- Relatório da Administração;



Joinville, 25 de fevereiro de 2015

AUTOPISTA LITORAL SUL S/A

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

AUTOPISTA LITORAL SUL S/A

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Autopista Litoral Sul S.A.
Joinville - SC

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis da **Autopista Litoral Sul S.A.** (“Sociedade”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas nacionais e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Autopista Litoral Sul S.A.**, em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015.



BDO RCS Auditores Independentes
CRC 2 SP 013846/O-1-S-SC

Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1 SP 124504/O-9-S-SC

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6-S-SC

Autopista Litoral Sul S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	ref.			PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa		
			31.12.2014	31.12.2013			31.12.2014	31.12.2013
CIRCULANTES					CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1	30.966	41.982	Empréstimos e financiamentos	12	32.706	24.600
Contas a receber	6	2	18.331	9.459	Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	15	80.204	9.219
Contas a receber - partes relacionadas	15	3	533	638	Fornecedores	14	29.990	22.865
Estoques		4	536	242	Fornecedores - partes relacionadas	15	2.942	12.971
Despesas antecipadas		5	1.949	1.288	Obrigações sociais		6.355	5.539
Impostos a recuperar		6	4.907	4.346	Obrigações fiscais		3.922	3.484
Outros créditos		9	2.268	439	Contas a pagar - partes relacionadas	15	635	693
Total dos ativos circulantes			59.490	58.394	Cauções contratuais		13.590	9.896
					Taxa de fiscalização		769	729
					Dividendos propostos	18.b, 15	-	2.742
NÃO CIRCULANTES					Provisão para investimentos	16.2	14.563	14.564
Aplicações financeiras vinculadas	8	10	17.132	13.096	Debêntures	13	30.039	(58)
Depósitos judiciais		15	9.469	3.207	Sinistros recebidos	17	14.388	29.009
Outras contas a receber		16	220	202	Outras contas a pagar		2.520	231
Imobilizado	9	18	3.144	2.561	Total dos passivos circulantes		232.623	136.484
Intangível	10	19	1.351.671	975.598				
Diferido	11	20	11.723	14.472	NÃO CIRCULANTES			
Total dos ativos não circulantes			1.393.359	1.009.136	Empréstimos e financiamentos	12	464.147	399.167
					Debêntures	13	-	26.727
					Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	15	331.414	172.531
					Risco cíveis e trabalhistas	16	1.217	445
					Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	11.675	13.096
					Provisão para manutenção	16	47.044	38.924
					Provisão para investimentos	16	22.970	20.924
					Total dos passivos não circulantes		878.467	671.814
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
					Capital social	18.a	303.996	221.253
					Reservas de lucros	18.b	37.763	37.979
					Total do patrimônio líquido		341.759	259.232
TOTAL DOS ATIVOS			1.452.849	1.067.530	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.452.849	1.067.530

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Autopista Litoral Sul S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do período por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	31.12.2014				31.12.2013	
		31.12.2014		31.12.2013			
		Trimestre	Período	Trimestre	Período		
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	1	187.985	621.570	141.475	458.105	
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	20	2	(158.751)	(537.621)	(122.576)	(383.325)	
LUCRO BRUTO			29.234	83.949	18.899	74.780	
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS							
Gerais e administrativas	20	4	(7.116)	(25.124)	(6.542)	(21.541)	
Remuneração da Administração	15	5	(358)	(1.398)	(220)	(869)	
Tributárias		6	-	(251)	(102)	(328)	
Outras receitas operacionais, líquidas		8	15	47	195	550	
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO			21.775	57.223	12.230	52.592	
RESULTADO FINANCEIRO							
Receitas financeiras	21	9	1.524	6.284	1.383	3.850	
Despesas financeiras	21	10	(17.283)	(65.144)	(11.546)	(38.419)	
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			6.016	(1.636)	2.067	18.023	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL							
Correntes	23	12	-	-	1.198	(63)	
Diferidos	23	13	(2.157)	1.420	(1.933)	(6.413)	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			3.859	(216)	1.332	11.547	
LUCRO ATRIBUÍDO A							
Participação de controladores			3.859	(216)	1.332	11.547	
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$			0,0127	(0,0007)	0,0070	0,0605	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Autopista Litoral Sul S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2013		<u>217.862</u>	<u>1.913</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>247.035</u>
Aumento de capital	18.a	3.391	-	-	-	3.391
Lucro líquido do exercício		-	-	-	11.547	11.547
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	18.b	-	577	-	(577)	-
Dividendos propostos	18.b	-	-	-	(2.743)	(2.743)
Retenção de lucros		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.227</u>	<u>(8.227)</u>	<u>-</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		<u>221.253</u>	<u>2.490</u>	<u>35.489</u>	<u>-</u>	<u>259.232</u>
Aumento de capital	18.a	82.743	-	-	-	82.743
Lucro/Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(216)	(216)
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	18.b	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	18.b	-	-	-	-	-
Retenção de lucros		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		<u>303.996</u>	<u>2.490</u>	<u>35.489</u>	<u>(216)</u>	<u>341.759</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Autopista Litoral Sul S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Em milhares de reais - R\$)

	31.12.2014	31.12.2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do período	(216)	11.547
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	31.644	19.386
Baixa de ativos permanentes	14.616	2
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.421)	6.413
Juros e variações monetárias de empréstimos - partes relacionadas	37.459	30.810
Juros e variações monetárias de empréstimos	21.377	
Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	3.892	3.713
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	772	200
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	6.274	11.436
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(8.767)	(2.169)
Estoques	(294)	127
Despesas antecipadas	(6.342)	(1.729)
Impostos a recuperar	(561)	(3.508)
Outros créditos	(1.846)	(533)
Depósitos judiciais	(6.262)	(3.166)
Outras contas a receber		
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	2.588	1.217
Fornecedores - partes relacionadas	(623)	99
Cauções contratuais de fornecedores	(630)	6
Obrigações sociais	816	1.382
Obrigações fiscais	388	(785)
Outras contas a pagar	(11.799)	(8)
Taxa de fiscalização	40	43
Pagamento de juros	(36.764)	(29.811)
Pagamento IR e CS	-	-
Outros passivos	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	44.341	44.672
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(1.042)	(549)
Aquisições de itens do intangível	(406.214)	(265.237)
Adiantamentos para novos projetos		
Aplicação financeira vinculada	(4.036)	3.578
Valor resgatado das aplicações vinculadas		
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(411.292)	(262.208)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos:		
Captações	150.838	139.568
Pagamentos	(24.903)	(45.409)
Pagamentos - juros		
Empréstimos de empresas ligadas	150.000	80.000
Pagamentos - juros		
Aumento de capital em espécie	80.000	-
Debêntures:		
Emissão de Debêntures	-	26.100
Pagamentos de debêntures - principal	-	
Pagamentos de debêntures - juros	-	
Pagamento de credores pela concessão		
Pagamento de dividendos		
Outros pagamentos de Juros		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	355.935	200.259
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(11.016)	(17.277)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	41.982	59.259
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	30.966	41.982

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE CONSOLIDADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Lucro líquido do exercício das operações continuadas	(216)	11.547
Outros resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(216)</u>	<u>11.547</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Em milhares de reais - R\$)

	31.12.2014		31.12.2013	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
RECEITAS				
Prestação de serviços	67.026	227.403	51.992	201.501
Receita dos serviços de construção	127.243	415.534	94.293	274.499
	194.269	642.937	146.285	476.000
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos serviços prestados	(12.029)	(44.749)	(11.848)	(43.639)
Custo dos serviços de construção	(127.243)	(415.534)	(94.293)	(274.499)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.518)	(20.382)	(4.417)	(15.301)
Custo da concessão	(3.504)	(14.576)	(3.384)	(13.029)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	252	(6.071)	(2.439)	(11.437)
Outros	(199)	(1.189)	(149)	(151)
	(149.241)	(502.501)	(116.530)	(358.056)
VALOR ADICIONADO BRUTO	45.028	140.436	29.755	117.944
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(8.925)	(31.644)	(5.148)	(19.386)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	36.103	108.792	24.607	98.558
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	1.524	6.284	1.383	3.850
Juros capitalizados	6.328	14.013	2.013	5.771
	7.852	20.297	3.396	9.621
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	43.955	129.089	28.003	108.179
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal e encargos:				
Remuneração direta	-	13.192	4.285	16.278
Benefícios	-	4.736	1.441	5.440
FGTS	-	1.022	384	1.267
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais (incluindo IOF)	4.891	11.711	4.252	18.685
Municipais	3.351	11.331	2.562	10.097
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros	3.240	21.437	5.625	21.121
Juros capitalizados	6.328	14.013	2.013	5.771
Aluguéis	-	577	190	711
Outras	1.571	5.242	1.229	5.938
Remuneração de capitais próprios:				
Juros	12.128	37.458	4.690	11.324
Dividendos				2.742
Lucro do exercício	3.859	(216)	(1.410)	8.805
	35.368	120.502	28.003	108.179

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Autopista Litoral Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Litoral Sul S.A. (“Sociedade”), é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil, situada Av. Santos Dumont nº 935. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. (“Arteris”). A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”), sob forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2015.

2. CONCESSÕES

A Autopista Litoral Sul é uma sociedade por ações, e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007.

A Autopista Litoral Sul está em plena operação desde 17 de junho de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR - 101/km 220 - SC. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- (a) 30 km de terceira faixa.
- (b) 79,7 km de vias laterais.
- (c) 94,7 km de variantes e contornos.
- (d) Construção de 39 passarelas.
- (e) Construção de 5 praças de pedágio.
- (f) Construção de 9 bases de serviços operacionais - BSO's.
- (g) Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- (h) Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Em 24 de abril de 2013 foi assinado aditivo contratual onde estende a cobertura de concessão em 23,64 km e promove a alteração da localização da praça de pedágio P5 situada no km 220 para o km 243 ambos no município de Palhoça/SC.

Em 17 de junho de 2013 a ANTT publicou a Resolução nº 4.122 de 12 de junho de 2013, que trata das questões relativas à transferência dessa praça de pedágio.

Considerando que o atraso na obtenção do licenciamento ambiental impediu a execução das obras necessárias para a transferência da Praça de Pedágio, a resolução aprova a suspensão da cobrança de pedágio pelo período de 1 (um) ano, entre 22 de junho de 2013 e 22 de junho de 2014, ou até que seja efetivada a sua transferência para a nova localização. Em 20 de junho de 2014 ocorreu a efetiva mudança e conseqüentemente o início da cobrança pedágio.

A suspensão da cobrança da praça de pedágio P5 não tem impacto material nas receitas consolidadas da Companhia (Arteris S.A.), sendo que as demais praças de pedágio da concessionária Autopista Litoral Sul permanecem atuando normalmente, sem alterações de cunho operacional ou tarifário.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão dessa concessionária, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

Em decorrência dos modelos de contratos de concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, as concessionárias federais não pagam ao Poder Concedente, pelo direito de exploração dos lotes mencionados, nenhum ônus fixo e/ou variável.

O principal compromisso firmado pela concessionária decorrente do contrato de concessão é:

1. Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$6.424 na data-base da concessão. A partir de 31 de dezembro de 2014 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$116.703 a valor nominal, corrigido pelo IPCA, conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

2. A concessionária deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
3. Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pelas concessionárias federais, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão.
4. A concessionária assume integralmente o risco decorrente de danos nas rodovias que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do Edital do Leilão.
5. A concessionária assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.
6. A concessionária assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio das rodovias, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão.
7. O Estatuto Social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de Concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
8. A concessionária deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os montantes de R\$769.578 e R\$598.565 respectivamente referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$541.865 e R\$619.199 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final dos Contratos de Concessão. Os valores referentes a 31 de dezembro de 2014 poderão

ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimentos foram calculadas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

1. Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
2. Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

A sociedade celebrou "Termos de Ajuste de Conduta-TACs", com a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início das concessões até 22/09/2014.

Em decorrência da assinatura deste termo de ajuste, a Sociedade, realizará o montante equivalente à R\$52,9 milhões em novas obras não previstas no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários, na rodovia objeto de sua concessão.

A Sociedade esta definindo junto a ANTT as obras que farão parte deste termo e, estes investimentos serão avaliados com base em laudo de peritos independentes para que seja determinado o momento do reconhecimento do ativo intangível entre dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre essas premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Os julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade estão descritas a seguir:

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação do contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas dos contratos de concessão, segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: são estimados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade reconhece instrumentos financeiros ativos classificados na categoria “Empréstimos e Recebíveis”, descritos como segue:

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Os saldos desses ativos financeiros da Sociedade são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

b) Aplicações financeiras vinculadas

Representadas, basicamente, por títulos de Certificado de Depósito Bancário - CDB debêntures e cotas de fundos, com vencimento acima de 90 dias, e estão classificadas como restritas aos financiamentos com

vencimento futuro e/ou pela intenção de realização como investimentos da Administração da Sociedade. Os ativos financeiros estão classificados na categoria específica como ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

c) Contas a receber

Apresentadas pelo seu valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

b) Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 09, quando aplicável, limitadas ao prazo da concessão.

c) Ativo intangível

Ativo intangível oriundo do contrato de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção da curva de demanda de tráfego, estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuro incorporado no ativo.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado

substancialmente por meio da projeção da curva de demanda de tráfego, estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

d) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

e) Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo do contrato.

f) Instrumentos financeiros passivos

(a) Classificados como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

(b) Empréstimos e financiamentos

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

a) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, conforme nota explicativa nº 7.

b) Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais Sociedade detém, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do

arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo, circulante e não circulante, de acordo com os prazos dos contratos. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados tendo como base sua vida útil-econômica ou de acordo com os prazos dos contratos de arrendamento, quando estes forem menores.

c) Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 16.

d) Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

1. Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto

utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

2. Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2014. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	15.205	15.205
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>14.564</u>	<u>14.564</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>641</u>	<u>641</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	-	-
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>-</u>	<u>-</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Não circulantes</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	26.457	26.457
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>22.970</u>	<u>20.924</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>3.487</u>	<u>5.533</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	59.886	49.443
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>47.044</u>	<u>38.924</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>12.842</u>	<u>10.519</u>

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

e) Reconhecimento de receita

Contrato de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

f) Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

g) Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº18.

h) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em

sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

i) Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia e suas investidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Eles serão adotados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Sociedade ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IFRS 11 - Contabilizações para aquisições de participações em operações em conjunto	Fornece as orientações sobre como contabilizar a aquisição de participação em uma operação conjunta na qual as atividades constituem um negócio conforme definido na IFRS 3 - Combinações de negócios.	(1)
Alterações à IAS 16 a IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível.	(1)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.	(2)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Revisão em 2014, contém exigências para: a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; b) metodologia de redução ao valor recuperável; c) contabilização geral de hedge.	(3)

(1) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;

(2) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017;

(3) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018;

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória. A Administração da Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa e contas bancárias	3.131	2.293
Aplicações financeiras (*)	<u>27.835</u>	<u>39.689</u>
Total	<u>30.966</u>	<u>41.982</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Fundos de investimentos	<u>27.835</u>	<u>39.689</u>
Total	<u>27.835</u>	<u>39.689</u>

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 75,0% e 100,5% da variação do CDI no exercício.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Pedágio eletrônico a receber(*)	15.472	8.652
Cupons de pedágio a receber	1.212	806
Receitas acessórias a receber	<u>1.647</u>	<u>1</u>
Total	<u>18.331</u>	<u>9.459</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 25c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2014 e 2013. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivo não circulante		
Bases do passivo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	28.287	
Provisão de participação nos lucros	1.444	
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	1.217	198
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (b)		
Provisão para manutenção	40.893	35.098
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquida	(115.117)	(78.655)
Ajuste dos encargos financeiros	(8.830)	4.734
Estorno de capitalização de juros	<u>108</u>	<u>108</u>
Base de cálculo	(34.338)	(38.517)
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(11.675)</u>	<u>(13.096)</u>

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.

(b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

(c) Ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

2016	(491)
2017	(511)
2018	(531)
Após 2019	<u>(10.142)</u>
	<u>(11.675)</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo encontra-se breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A concessionária deve depositar em conta pagamento de instituição financeira parte das receitas operacionais, 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os saldos são R\$17.132 e R\$13.096 respectivamente e essas aplicações foram remuneradas em média a 99,12% da variação do CDI

9. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis, utensílios e instalações	Computadores e Periférico	Veículos	Instalações, Edifícios e Dependências	Máquinas e Equipamentos	Outras Imobilizações	Imobilizado em Andamento	Total
<u>Custo do imobilizado bruto</u>								
Saldo em 31.12.2012	<u>694</u>	<u>368</u>	<u>70</u>	<u>677</u>	<u>290</u>	<u>812</u>	<u>168</u>	<u>3.079</u>
Adições	130	75	-	181	118	144	305	953
Transferências / Reclassificações	1	(166)	-	1	-	-	(248)	(412)
Alienações/baixas	<u>(2)</u>	<u>(4)</u>	<u>70</u>	<u>(4)</u>	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>	<u>(29)</u>	<u>(41)</u>
Saldo em 31.12.2013	823	273	70	855	407	955	196	3.579
Adições	106	292	-	166	188	129	161	1.042
Transferências / Reclassificações	1	-	-	-	(27)	(13)	(1)	(40)
Alienações/baixas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>(10)</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>(8)</u>	<u>(20)</u>
Saldo em 31.12.2014	930	565	69	1.011	568	1.070	348	4.561
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2012	<u>(237)</u>	<u>(324)</u>	<u>(46)</u>	<u>(39)</u>	<u>(7)</u>	<u>(325)</u>		<u>(978)</u>
Depreciações/amortizações	(77)	64	(12)	(27)	(18)	(75)		(145)
Transferências / Reclassificações	(15)	21	-	1	(17)	10		
Alienações/baixas	<u>-</u>	<u>-105</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>		<u>105</u>
Saldo em 31.12.2013	<u>(329)</u>	<u>(134)</u>	<u>(58)</u>	<u>(65)</u>	<u>(42)</u>	<u>(390)</u>		<u>(1.018)</u>
Depreciações/amortizações	(75)	(127)	(10)	(55)	(22)	(98)		(387)
Transferências / Reclassificações	-	2	(1)	(2)	(12)	1		(12)
Alienações/baixas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>		<u>-</u>
Saldo em 31.12.2014	<u>(404)</u>	<u>(259)</u>	<u>(69)</u>	<u>(122)</u>	<u>(76)</u>	<u>(487)</u>		<u>(1.417)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31.12.2013	<u>494</u>	<u>139</u>	<u>12</u>	<u>790</u>	<u>365</u>	<u>565</u>	<u>196</u>	<u>2.561</u>
Saldo em 31.12.2014	<u>526</u>	<u>306</u>	<u>-</u>	<u>889</u>	<u>492</u>	<u>583</u>	<u>348</u>	<u>3.144</u>
Taxas de depreciação - %	10	20	20	10	10	20	-	-

10. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Software (b)	Intangível em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2012	<u>566.037</u>	<u>3.008</u>	<u>182.577</u>	<u>894</u>	<u>752.516</u>
Adições	60.413	533	217.144	(442)	277.648
Transferências/Reclassificações	38.689	180	(38.457)		412
Alienações/baixas	<u>(58)</u>	-	-	-	<u>(58)</u>
Saldo em 31.12.2013	665.081	3.721	361.264	452	1.030.518
Adições	149.138	253	269.747	(13)	419.125
Transferências/Reclassificações	179.293	(11)	(179.242)		40
Alienações/baixas	<u>(175)</u>	-	<u>(14.421)</u>	-	<u>(14.596)</u>
Saldo em 31.12.2014	993.337	3.963	437.348	439	1.435.087
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2012	<u>(36.540)</u>	<u>(1.888)</u>	-	-	<u>(38.428)</u>
Amortização	<u>(15.846)</u>	<u>(646)</u>	-	-	<u>(16.492)</u>
Saldo em 31.12.2013	<u>(52.386)</u>	<u>(2.534)</u>	-	-	<u>(54.920)</u>
Amortização	(28.073)	(435)	-	-	(28.508)
Transferências/Reclassificações	-	12			12
Saldo em 31.12.2014	<u>(80.459)</u>	<u>(2.957)</u>	-	-	<u>(83.416)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2013	<u>612.695</u>	<u>1.187</u>	<u>361.264</u>	<u>452</u>	<u>975.598</u>
Saldo em 31.12.2014	<u>912.878</u>	<u>1.006</u>	<u>437.348</u>	<u>439</u>	<u>1.351.671</u>

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetada até final da concessão.

11. DIFERIDO

É representado por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Gastos pré-operacionais:	4.343	4.343
Pessoal/administradores	3.598	3.598
Consumo	7.306	7.306
Custos contratuais da concessão	16	16
Depreciações e amortizações	10.169	10.169
Conservação da rodovia	1.182	1.182
Serviços de terceiros	1.418	1.418
Tributários	(1.327)	(1.327)
Resultados financeiros	<u>746</u>	<u>746</u>
Outros gastos	27.451	27.451
	<u>(15.729)</u>	<u>(12.979)</u>
Amortização acumulada	<u>11.722</u>	<u>14.472</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivo circulante:			
Financiamento de equipamentos (FINAME) (b)	TJLP + 2,6% a.a.	-	-
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,32% a.a.	<u>32.706</u>	<u>24.600</u>
		<u>32.706</u>	<u>24.600</u>
Passivo não circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,32% a.a.	<u>464.147</u>	<u>399.167</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.
- (b) Financiamento de equipamentos, tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias.

Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2016	32.781
2017	37.599
2018	40.549
2019	43.731
Após 2020	<u>309.487</u>
	<u>464.147</u>

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Dentre essas cláusulas, as principais são as seguintes:

Da Sociedade

- 12.1 Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência dos Contratos de Financiamento.
- 12.2 Não sofrer sanção de multa por inadimplemento do Contrato de Concessão, com decisão administrativa final, correspondente a infrações relacionadas a seguros ou prestação de garantias determinados pela ANTT.
- 12.3 Apresentar semestralmente, ao BNDES, até a final liquidação dos Contratos, balanços auditados por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
- 12.4 Exceto no caso de expressa anuência do BNDES, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos até a conclusão física dos projetos financiados;
- 12.5 Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos, pagamento de juros dos mútuos ou amortização de principal desses mútuos quando a relação entre o patrimônio líquido e o passivo total for inferior a 20%;
- 12.6 Manter em uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total, durante a vigência dos Contratos.
- 12.7 Não conceder mútuos a qualquer acionista sem a prévia e expressa autorização do BNDES.
- 12.8 Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da receita bruta, adotando-se as seguintes definições e condições exclusivamente para o fim de verificação de inadimplemento desta condição:

- (i) Receita bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior, verificada pela documentação estipulada, valor este que servirá de parâmetro até a divulgação do balanço do próximo exercício.
- (ii) Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas com terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos.
- (iii) Ficam excluídos do cômputo os valores referentes:
 - d) À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação das concessionárias.
 - e) Aos mútuos concedidos às concessionárias por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não seja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros dos contratos de mútuo.
 - f) Aos saldos devedores referentes ao crédito decorrente dos Contratos.

12.9 Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

12.10 Não ceder, alienar, transferir, vender, caucionar, empenhar, gravar ou, por qualquer forma, negociar ou onerar os direitos cedidos ou sua respectiva aplicação financeira sem prévio e exposto consentimento do BNDES.

12.11 Manter depositado na conta reserva, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pelas concessionárias nos contratos de financiamentos, o valor mínimo do equivalente a 3 (três) vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento.

12.12 Além das hipóteses indicadas acima, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado dos contratos e exigir imediatamente a dívida, nas seguintes hipóteses:

.1212.1 Inadimplemento de quaisquer obrigações assumidas perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico.

.1212.2 A redução do quadro de pessoal sem atendimento ao programa de treinamento aprovado pelo BNDES.

.1212.3 A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.

.1212.4 A alteração, sem prévio conhecimento do BNDES, ou extinção dos Contratos de Concessão.

.1212.5 O descumprimento da obrigação estabelecida no cálculo do índice ICSD mencionado anteriormente.

Do acionista

- b) Submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração, a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão das concessionárias, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração das concessionárias ou em transferência do controle acionário das concessionárias, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador das concessionárias.
- c) Não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social das concessionárias, de dispositivo que importe em restrições à capacidade de crescimento ou desenvolvimento tecnológico das concessionárias ou que importem em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- d) Suprir, de forma solidária, mediante aumentos do capital social das concessionárias, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto.
- e) Manter, durante a vigência do Contrato, suas atuais participações no capital social das concessionárias, bem como não alienar, empenhar, gravar ou onerar suas ações representativas do capital social das concessionárias, sem prévia e expressa anuência do BNDES.

- f) Manter empenhadas ao BNDES, durante a vigência dos Contratos, a totalidade das ações emitidas pelas concessionárias.
- g) Na hipótese de extinção do Contrato de Concessão por inadimplemento resultante de atos ou omissões das concessionárias ou ainda por falência ou recuperação judicial das concessionárias, pagar, de forma solidária, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo devedor perante o BNDES, em até 90 (noventa) dias a contar do término dos Contratos de Concessão, independentemente do recebimento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente. Após o pagamento ao BNDES dessa indenização, a interveniente deverá pagar ao BNDES, de forma solidária, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir deste pagamento, qualquer diferença existente entre os saldos devedores remanescentes e o valor da indenização.

Caso a indenização não ocorra no prazo de 12 (doze) meses a contar do término do Contrato de Concessão, as intervenientes deverão pagar o saldo devedor restante em até 60 (sessenta) dias após expirado prazo.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas dos contratos com o BNDES nas datas das Demonstrações Financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. DEBÊNTURES

Estão representados por:

<u>Série</u>	<u>Quantidade emitida unitária</u>	<u>Taxas contratuais (%)</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>31.12.2014 Circulante</u>
1ª emissão (a)	2.610	CDI + 1,4% a.a.	07/2015	30.064
Custo de transação				<u>(25)</u>
Total				<u>30.039</u>

- 1ª emissão de debêntures emitida em 04 de outubro de 2013 com valor nominal unitário em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 10 (dez mil Reais) cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor Subscrito</u>
1ª emissão	04.10.2013	26.100	09.10.2013	26.130

A remuneração das debêntures da 1ª emissão é paga em única parcela na data de vencimento do contrato.

As debêntures da 1ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e aditamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade, emissora das debêntures, não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por aval prestado pela Arteris S.A., em favor dos debenturistas.

14. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de R\$29.990 (R\$22.865 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas referem-se a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Contas a receber:		
Paulista Gerenciamento de Rodovias Ltda. (c)	-	496
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	533	142
Total	<u>533</u>	<u>638</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Empréstimos:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	80.204	9.219

Fornecedores:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	2.589	12.971
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (a)	354	-
Contas a pagar partes relacionadas:		
Arteris S.A. (b)	634	693
Dividendos propostos:		
Arteris S.A.	-	<u>2.742</u>
Total	<u>83.781</u>	<u>25.625</u>
<u>Passivo não circulante</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Empréstimos:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	332.853	172.531

Contas de Resultado:	31.12.2014			31.12.2013		
	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Receita/Despesas financeiras</u>	<u>Despesas gerais</u>	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Receita/Despesas financeiras</u>	<u>Despesas gerais</u>
Arteris S.A.(c) e (d)	-	33.893	3.664	-	11.325	2.725
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.(a)	156	-	-	147	-	(33)
Latina Sinalização Ltda Autopista Planalto Sul S.A. (b)			58			(1)
Autovias						1
Intervias						1
Vianorte (b)	-	-	1	-	-	1
Autopista Fluminense S.A. (b)	-	-		-	-	2
Autopista Regis Bittencourt S.A						1
Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (b)	-	-	1	-	-	-
Autopista Fernão Dias S.A. (b)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>41</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	
Total	<u>156</u>	<u>33.893</u>	<u>3.765</u>	<u>147</u>	<u>11.325</u>	<u>2.697</u>

(a) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade

adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio de custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.

- (b) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (c) Referem-se a créditos de saldos de provisões trabalhistas de colaboradores transferidos destas empresas para a Sociedade a serem reembolsados.
- (d) IOF sobre a transação de mútuo a ser apropriado pelo tempo do contrato.
- (e) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano com vencimentos de juros, a partir de dezembro de 2015 e do principal a partir de dezembro de 2017, conforme demonstrados a seguir:

<u>Data da Liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Juros</u>	
				<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
04/09/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	4.000	2.604	1.998
17/09/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	5.000	3.255	2.498
29/09/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	2.000	1.302	999
06/10/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	8.000	5.209	3.997
27/10/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	6.000	3.906	2.998
05/11/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	10.000	6.511	4.996
28/11/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	10.000	6.511	4.996
05/12/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	5.000	3.255	2.498
19/12/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	17.000	11.072	8.493
10/06/2013	Junho de 2017	CDI + 1,700% a.a.	15.000	2.446	756
10/09/2013	Setembro de 2017	CDI + 1,700% a.a.	30.000	4.165	856
07/10/2013	Outubro de 2017	CDI + 1,700% a.a.	35.000	4.604	768
24/01/2014	Janeiro de 2017	CDI + 1,400% a.a.	40.000	3.902	-
06/03/2014	Março de 2017	CDI + 1,400% a.a.	25.000	2.158	-
01/04/2014	Abril de 2017	CDI + 1,400% a.a.	30.000	2.363	-
09/05/2014	maio de 2017	CDI + 1,400% a.a.	35.000	2.385	-
20/06/2014	junho de 2017	CDI + 1,400% a.a.	20.000	1.120	-
28/10/2014	Outubro de 2017	CDI + 1,400% a.a.	50.000	844	-
			<u>347.000</u>	<u>67.611</u>	<u>35.853</u>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a sociedade reconheceu o montante de R\$1.398(R\$869 em 31 de dezembro de 2013), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e/ou a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das

metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$2.452 e R\$2.390.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e ex-empregados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de ex- empregados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16. PROVISÕES

Riscos cíveis e trabalhistas

A Sociedade têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis e trabalhistas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são conforme segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>31.12.2014</u>
Cíveis	386	662	1.048
Trabalhistas	<u>59</u>	<u>111</u>	<u>170</u>
Total	<u>445</u>	<u>773</u>	<u>1.218</u>

	<u>31.12.2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.12.2013</u>
Cíveis	245	281	(140)	386
Trabalhistas		<u>68</u>	<u>(9)</u>	<u>59</u>
Total	<u>245</u>	<u>349</u>	<u>(149)</u>	<u>445</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$807 e R\$89, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de dezembro de 2014 (R\$209, R\$77 respectivamente em 31 de dezembro de 2013).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 são conforme seguem:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
	Investimentos em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
Saldos em 31.12.2013	14.564	38.924	20.924
Adições	-	6.274	-
Ajuste a valor presente	<u>-</u>	<u>1.846</u>	<u>2.046</u>
Saldos em 31.12.2014	<u>14.564</u>	<u>47.044</u>	<u>22.970</u>

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
Saldos em 31.12.2012	3.796	15.031	22.056	18.848
Adições	(990)	-	12.426	-
Utilizações	-	(467)	-	(1)
Ajuste a valor presente	57		1.579	2.077
Transferências	<u>(2.863)</u>	-	<u>2.863</u>	-
Saldos em 31.12.2013	=	<u>14.564</u>	<u>38.924</u>	<u>20.924</u>

17. SINISTROS RECEBIDOS

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de R\$14.841 (R\$29.009 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a indenizações do Itaú Seguros S.A. e da Sul América Seguros S.A. para execução de obras emergenciais e essenciais na manutenção de diversos locais sinistrados ao longo da rodovia.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$303.996, integralizado pelo valor de R\$221.253. As ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2014 estão demonstradas a seguir::

		<u>31.12.2014</u>	
	Quantidade de ações subscritas	Quantidade de ações integralizadas	Participação - %
Arteris S.A.	<u>252.630.712</u>	<u>252.630.712</u>	<u>100,00</u>

Sociedade aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do dia 28 de julho de 2014, aumento de capital social, em dinheiro no valor de R\$20.000, passando o capital social a R\$ 243.996, dividido em 207.818.787 ações ordinárias, com a emissão de 14.947.613 novas ações.

Sociedade aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do dia 18 de agosto de 2014, aumento de capital social, em dinheiro no valor de R\$60.000, passando o capital social a R\$ 303.996, dividido em 252.630.712 ações ordinárias, com a emissão de 44.811.925 novas ações.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos (controladora):

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva

para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O cálculo dos dividendos estatutários em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 está demonstrado a seguir:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Lucro líquido do exercício	-	11.547
Reserva legal de 5%	-	<u>(577)</u>
Base de cálculo	-	10.970
Dividendos estatutários obrigatórios	<u>25%</u>	<u>25%</u>
Total	<u>-</u>	<u>2.742</u>

A administração da Sociedade propôs a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referentes ao exercício de 2014, totalizando R\$0 mil a ser deliberado na Assembleia Geral Ordinária (R\$2.742 em 31 de dezembro de 2013).

19. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Receita de serviços prestados	217.684	196.335
Receita de serviços de construção	415.534	274.499
Outras receitas	<u>9.719</u>	<u>5.116</u>
	<u>642.937</u>	<u>476.000</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Receita bruta	642.937	476.000
ISSQN	(11.331)	(10.097)
PIS	(1.576)	(1.361)
COFINS	(7.271)	(6.286)
Outras deduções	<u>(1.189)</u>	<u>(151)</u>
Receita líquida	<u>621.570</u>	<u>458.105</u>

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Custos:		
Custo de construção	(415.534)	(274.499)
Com pessoal	(18.354)	(16.681)
Serviços de terceiros	(30.236)	(27.834)
Depreciação e amortização	(30.743)	(18.525)
Seguros e garantias	(3.772)	(2.679)
Conservação	(9.979)	(10.690)
Provisão de Manutenção em rodovias	(6.071)	(11.437)
Taxa fiscalização	(9.158)	(8.673)
Outros	<u>(13.773)</u>	<u>(12.307)</u>
Total	<u>(537.620)</u>	<u>(383.325)</u>

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Despesas:		
Com pessoal	(10.643)	(9.632)
Serviços de terceiros	(4.581)	(5.360)
Depreciação / amortização	(901)	(861)
Alugueis Imóvel	-	(540)
Consumo	(7.058)	(4.432)
Outras despesas	<u>(1.941)</u>	<u>(716)</u>
Total	<u>(25.124)</u>	<u>(21.541)</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	6.284	3.850
Total receitas	<u>6.284</u>	<u>3.850</u>

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(58.895)	(32.445)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(4.093)	(3.713)
Outras despesas	<u>(2.156)</u>	<u>(2.261)</u>
Total despesas	<u>65.144</u>	<u>38.419</u>

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	569	7.520
Integralização de Capital	2.742	3.391
Juros Capitalizados	14.013	5.771
Aumento de capital com créditos capitalizados	-	-

23. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é como segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.636)	18.023
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	556	(6.128)
Crédito sobre prejuízo fiscal e prejuízos fiscais sobre os quais não houve reconhecimento de efeitos diferidos de imposto de renda e contribuição social	864	(348)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outros ajustes	<u>-</u>	<u>-</u>
Despesa contabilizada	<u>1.420</u>	<u>(6.476)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes		(63)
Diferidos	(1.420)	(6.413)

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em Lei nº 12.973 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela

Sociedade e suas controladas para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

A Sociedade decidiu pela não adoção antecipada conforme Lei 12.973/14.

24. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro líquido do exercício	(216)	32.317
Número de ações durante o ano	<u>252.630.712</u>	<u>142.426.758</u>
Lucro por ação - básico	<u>0,00114</u>	<u>0,22690</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação pois não ter havido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as

ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não detém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

Ativos	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
	Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	30.966	41.982
Aplicações financeiras	17.132	13.096
Contas a receber de clientes	18.331	9.459
Partes relacionadas	533	638
Outras contas a receber	2.268	439

Passivos	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções contratuais	46.507	22.865
Empréstimos e financiamentos	495.414	423.767
Debêntures	30.039	26.669
Partes relacionadas	414.611	195.414
Taxa de Fiscalização	769	729
Outras contas a pagar	16.908	29.240

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

1. Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+ 50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	<u>12,50%</u>	<u>15,63%</u>	<u>18,75%</u>	<u>9,38%</u>
Juros a incorrer (*)	(43.573)	(54.449)	(65.320)	(32.690)
Receita de aplicações financeiras	5.677	7.096	8.516	4.258
TJLP	<u>5,00%</u>	<u>6,25%</u>	<u>7,50%</u>	<u>3,75%</u>
Juros a incorrer (*)	(25.192)	(31.490)	(37.788)	(18.894)
Juros a Incorrer Líquido	(63.088)	(78.843)	(94.592)	(47.326)

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2014 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$ 18.331 (R\$9.459 em 31 de dezembro de 2013) das empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectar e Autoxpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

(d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) <u>efetiva % a.a.</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2019 em diante</u>	<u>Total</u>
Debêntures	1,40	30.039						30.039
BNDDES	7,32	<u>32.706</u>	<u>32.781</u>	<u>37.599</u>	<u>40.549</u>	<u>43.731</u>	<u>308.048</u>	<u>495.414</u>
Total		<u>62.745</u>	<u>32.781</u>	<u>37.599</u>	<u>40.549</u>	<u>43.731</u>	<u>308.048</u>	<u>525.453</u>

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2014, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais/Perda de receita (*)	160.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	106.548

(*) Por sinistro

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 26 de janeiro de 2015 foram integralizados 14.781.966 ações ordinárias sem valor nominal (R\$20.000) que foram subscritas em 26 de janeiro de 2015 através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Litoral Sul S.A. (“Companhia” ou “Litoral Sul”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A Autopista Litoral Sul, uma das nove concessionárias do grupo Arteris S.A., é a responsável, pela administração de 358,6 quilômetros, que está duplicado desde o início da década de 1990 e compreende o Contorno Leste de Curitiba BR-116, (km 71,1 ao 115,2) a BR-376, (km 616,6 ao 685,5) e a BR-101 (km 0 ao 244,7), conectando a capital paranaense ao município de Palhoça, no Estado de Santa Catarina. A concessão para administrar e conservar o trecho foi outorgada à Companhia em fevereiro de 2008, com o objetivo de explorar o Lote 7 do Programa de Concessões Rodoviárias Federais. O trecho administrado pela Companhia corta os municípios de Curitiba, Quatro Barras, Piraquara, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Guaratuba, no Estado do Paraná e os municípios de Garuva, Joinville, Araquari, Barra Velha, Piçarras, Penha, Navegantes, Itajaí, Camboriú, Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo, Tijucas, Governador Celso Ramos, Biguaçu, São José e Palhoça, no Estado de Santa Catarina. Por ser a principal ligação entre São Paulo, Curitiba e todo o litoral de Santa Catarina, o trecho acabou sendo um importante instrumento para o desenvolvimento industrial e turístico da região, passando a ser conhecido como Corredor do Mercosul.

O prazo da concessão da rodovia é de 25 anos, contados da data do recebimento do controle do sistema rodoviário existente, expirando em fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Atualmente, a Companhia opera cinco praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

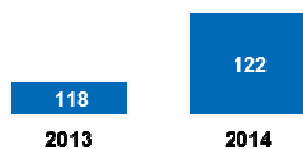
Nome da Praça	Localização	Tarifa (R\$)
Praça de pedágio de São José dos Pinhais - P1	Km 637+600 BR 376	1,80
Praça de pedágio de Garuva - P2	Km 001+350 BR 101	1,80
Praça de pedágio de Araquari - P3	Km 079+400 BR 101	1,80
Praça de pedágio de Porto Belo - P4	Km 159+000 BR 101	1,80
Praça de pedágio de Palhoça - P5	Km 243+000 BR 101	1,80

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

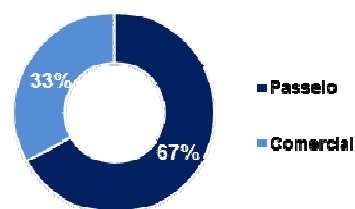
Tráfego

O tráfego pedagiado totalizou R\$122 milhões de veículos equivalentes em 2014, um aumento de 3,4% quando comparado ao exercício anterior. Esse aumento é decorrente do melhor desempenho da economia nacional e do crescimento econômico-financeiro da região.

Tráfego Pedagiado
Veículos Equivalentes (milhões)

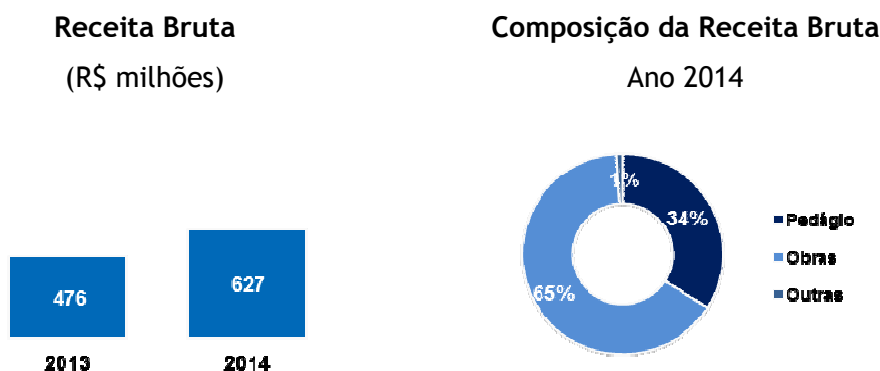


Composição do Tráfego
Ano 2013



Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$643 milhões em 2014, com crescimento de 35,1% em relação aos R\$476 milhões registrados em 2013.



A receita de pedágio cresceu 10,9%, passando de R\$196,3 milhões em 2013 para R\$217,7 milhões em 2014. As principais razões que levaram ao aumento foram: (i) crescimento do tráfego pedagiado e (ii) reajuste de 5,9% da tarifa básica praticada, com base no IPCA acumulado entre os meses de março de 2013 e fevereiro de 2014 e reequilíbrio econômico-financeiro do contrato devido o crescimento de custos e investimento, conforme previsto no Contrato de Concessão.

Já a receita de obras registrou acréscimo de R\$141,0 milhões (51,4%), passando de R\$274,5 milhões em 2013 para R\$415,5 milhões em 2014. Esse aumento foi ocasionado pelo maior volume de obras executadas em atendimento ao cronograma previsto em contrato.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$9,7 milhões em 2014.

No ano de 2014, a Companhia obteve receita líquida de R\$621,6 milhões, R\$163,5 milhões superior ao ano de 2013.

Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2014	2013	Var.
Custo dos serviços de construção	(415,5)	(274,5)	51,4%
Serviços de terceiros	(34,8)	(33,2)	4,8%
Pessoal	(29,0)	(26,3)	10,3%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(6,1)	(11,5)	-47,0%
Conservação	(13,9)	(14,2)	-2,1%
Verba de fiscalização	(9,2)	(8,7)	5,7%
Seguros e garantias	(3,8)	(2,7)	40,7%
Remuneração da Administração	(1,4)	(0,9)	55,6%
Consumo	(11,5)	(8,3)	38,6%
Outros	(7,5)	(5,8)	29,3%
Custos e despesas	(532,7)	(386,1)	38,0%

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) tiveram aumento de 38,0% em 2014 em comparação ao exercício de 2013. A variação é justificada pelos custos e despesas abaixo relacionados:

- Custos e despesas com “Pessoal” sofreu impacto pelo reajuste salarial anual de 5,4% e: (i) compra de uniformes, (ii) aumento na contratação de mão-de-obra temporária para o período sazonal de verão.
- Aumento de R\$1,1 milhões na rubrica “Seguros e Garantias” em função da renovação de seguros de riscos nomeados e operacionais com vigência superior a 12 meses.
- Aumento de R\$1,6 milhões nos custos com “Serviços de Terceiros” devido ao aumento dos custos das conservações rotineiras para cumprimento dos parâmetros exigidos contratualmente, além dos reajustes anuais dos contratos de prestação de serviços.

EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ milhões	2014	2013	Var.
Receita líquida	621,6	458,0	35,7%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(532,7)	(386,1)	38,0%
EBITDA	88,9	71,9	23,6%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	6,1	11,5	-47,0%
EBITDA Ajustado	95,0	83,4	13,9%

1 EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC-01, encerrou o ano de 2014 em R\$95,0 milhões, com um aumento de 13,9% em relação ao ano anterior. Esse aumento foi gerado, principalmente, pelo crescimento do tráfego pedagiado e pelo reajuste tarifário com reflexo direto na receita da Companhia.

Resultado Financeiro

R\$ milhões	2014	2013	Var.
Receitas Financeiras	6,3	3,8	65,8%
Despesas Financeiras	(65,1)	(38,4)	69,5%
Resultado Financeiro Líquido	(58,8)	(34,6)	69,9%

O resultado financeiro líquido de 2014 foi negativo em R\$58,8 milhões, 69,9% maior em relação ao ano de 2013.

Em 2014 as receitas financeiras apresentaram um aumento de R\$2,5 milhões relação ao ano anterior, que correspondeu a R\$6,3 milhões, esse aumento nas receitas financeiras é devido a ajustes na provisão de obras futuras provenientes da revisão do cronograma de obras realizado em 2013.

As despesas financeiras sofreram um aumento de R\$24,2 milhões (69,5%) em consequência de novas captações do contrato de financiamento junto ao BNDES.

Lucro Líquido

Apesar do aumento da receita em função do reajuste da tarifa e do aumento do tráfego a companhia encerrou o exercício de 2014 sem lucro líquido, com decréscimo de 101,9% em comparação ao exercício de 2013. Os principais fatores que contribuíram para essa queda foram: aumento no valor depreciado, devido ao aumento das obras que entraram em operação no exercício de 2014 e as demais variações já comentadas anteriormente.

Lucro Líquido (R\$ milhões)



Endividamento

R\$ milhões	31/12/2014	31/12/2013	Var.
Dívida Bruta	526,8	450,5	16,9%
Curto Prazo	62,7	24,6	154,9%
Longo Prazo	464,1	425,9	9,0%
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	48,1	55,1	-12,7%
Dívida Líquida	478,7	395,4	21,1%

¹ Curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2014, o endividamento bruto totalizava R\$ 526,8 milhões, apresentando aumento de R\$ 76,3 milhões (16,9%) em relação ao ano anterior. O aumento da dívida bruta resulta da liberação de recursos oriundos do empréstimo de longo prazo contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e emissão de debêntures que ocorreu em 09/10/2013 no valor de R\$ 26,1 milhões.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas) encerrou o ano de 2014 em R\$478,7 milhões, apresentando aumento de R\$83,3 milhões em relação ao montante de R\$395,4 milhões registrado no encerramento do exercício de 2013. O grau de alavancagem, medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado, ficou em 5,04 vezes.

INVESTIMENTOS

Foram desembolsados R\$407,3 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos e manutenções previsto no contrato, dentre os quais vale destacar: (i) Execução de Passarelas sobre Pista Dupla; (ii) Implantação de Ruas Laterais; (iii) Implantação de terceiras faixas; e (IV) Alargamento e Reforço de pontes ao longo da Rodovia, Recuperação de pavimentos e de sinistros.

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2014	2013
Empregos Diretos	595	578
Rotatividade	3,56%	3,36%

No que concerne à diversidade, a Autopista Litoral Sul apresenta uma participação majoritária de 51,6% de mulheres, contra 48,4% de homens. A média de idade está concentrada em 32 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-

se no Ensino Médio Completo, com 53,61% dos profissionais. Vale mencionar que 19,2% possuem superior completo.

Ao longo de 2014, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 18.000 horas de treinamento, o que corresponde, em média, a 30,25 horas de treinamento por profissional.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Sustentabilidade

A Arteris é uma empresa focada em desenvolver seus negócios de forma sustentável, garantindo que sua atuação permita o desenvolvimento dos municípios lindeiros, dos colaboradores e da sociedade como um todo. A companhia desenvolve diversos programas focados em reduzir acidentes nas rodovias sob concessão, assim como promover educação para o trânsito, a preservação ambiental e desenvolvimento sociocultural das comunidades em que está inserida.

Segurança

A companhia possui a meta de reduzir em 50% o número total de acidentes nas estradas sob controle do grupo no período 2011-2020, reproduzindo internamente a meta da ONU sobre o tema - Década Mundial de Ações para a Segurança do Trânsito. A companhia mantém o GERAR - Grupo Estratégico para Redução de Acidentes, responsável por estabelecer estudos e planos de ação, para reduzir o número de acidentes. Em setembro de 2014, foi realizado o 1º Mês da Segurança Arteris, iniciativa voltada para conscientizar motoristas, colaboradores e a sociedade em geral sobre a importância da uma atitude consciente no trânsito. A iniciativa foi encerrada com o 1º Fórum Arteris de Segurança, com a presença de representantes de agências reguladoras do Estado de São Paulo e Federal, Polícia Rodoviária Estadual, Polícia Rodoviária Federal, instituições de pesquisa, OMS (Organização Mundial da Saúde), e organizações não governamentais.

Educação

A humanização do trânsito é prioridade da atuação da Arteris na área de educação. A companhia desenvolve o Projeto Escola, que prepara professores da rede pública para atividades com alunos de 1o e 2o graus, sobre segurança no trânsito. A mesma estratégia de abordagem é aplicada para a preparação desses profissionais sobre temas ambientais por meio do Viva Meio Ambiente.

O Projeto Escola é uma iniciativa de educação reconhecida pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). Também são desenvolvidas ações específicas por meio do Passarela Viva (voltada para pedestres), Viva Ciclista e Viva Motociclista, de forma a conscientizar esses públicos sobre a importância de uma postura responsável no trânsito.

Saúde

O Programa “Viva Saúde” já beneficiou quase 100 mil caminhoneiros por meio de orientações de saúde, segurança, exames gratuitos e vacinação. O motivo é que esses profissionais de transporte nem sempre possuem condições de realizar os cuidados com a saúde. Assim, o programa favorece uma abordagem preventiva e que estimula a qualidade de vida e as boas práticas.

Meio Ambiente

A sustentabilidade dos negócios é uma prioridade da companhia, objetivo este buscado por meio de controle de emissões e do uso racional de recursos naturais, assim como por programas envolvendo populações do entorno da rodovia. O Sistema de Gestão Ambiental é o mecanismo por meio do qual a Arteris e suas concessionárias acompanham a execução das ações nesta área. Focando a preservação das áreas próximas às rodovias, a Arteris desenvolve iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, plantio de mudas de vegetação nativa e iniciativas para prevenir acidentes nas rodovias envolvendo animais. Além disso, faz controle e reciclagem do lixo; possui convênios com várias Universidades Estaduais e Federais no controle da fauna; adota postura responsável com a utilização de cisternas para coleta de água de chuva em todas as suas bases operacionais, em prol da preservação da água.

Cultura e Esporte

O apoio a projetos esportivos e culturais relevantes para as regiões em que as concessionárias Arteris estão inseridas é uma prioridade da companhia, ao lado da promoção de parcerias com importantes instituições culturais para a promoção no Brasil de exposição de artistas de destaque no cenário internacional. Em 2014, a Arteris apoiou a vinda ao Brasil da exposição mais visitada no mundo, e mais completa já vista no Brasil do Salvador Dalí. Mais de 1,5 milhão de pessoas puderam apreciar obras do artista plástico espanhol no Rio de Janeiro e São Paulo. A companhia também promoveu parcerias com instituições de apoio a crianças especiais e outras entidades de forma a levar à exposição crianças e adultos que dificilmente teriam acesso a atividades culturais deste tipo.

Voluntariado

O público interno da companhia é estimulado a manter uma relação de proximidade com as comunidades em que estão inseridos por meio do Programa Voluntários. Desta forma, a empresa estimula os seus colaboradores a desenvolver uma atitude transformadora, que contribua para a construção de uma sociedade mais justa. A iniciativa ajuda no desenvolvimento das habilidades pessoais dos profissionais. Ao mesmo tempo, agrega valor aos negócios e fortalece a imagem da Arteris.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM n° 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S. e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Diretoria

Paulo Mendes Castro

Diretor Superintendente

Márcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michelin

Diretora Jurídica

Conselho de Administração

David Antonio Díaz Almazán

Conselheiro

Marta Casas Caba

Conselheira

Marcos Pinto Almeida

Conselheiro

Contador

Adriano Pelek

CRC - PR 048770/O-0